

Planos de empobrecimento

GILBERTO PAIM

Dizia o motorista de táxi que o seu dinheiro na poupança, no dia do sequestro praticado pela ministra Zélia Cardoso de Mello, era suficiente para a compra de um carro usado, capaz de rodar na praça por uns três ou quatro anos. Quando, finalmente, o dinheiro foi liberado, ele tinha o suficiente para comprar uma bicicleta. Esse é um caso de perda reconhecida por meio de comparação dos bens que o dinheiro podia adquirir, antes e depois. Mas esse reconhecimento não é geral. As pessoas que não tinham projeto imediato de aplicação de suas reservas ficaram iludidas com a correção monetária. Não perceberam que o índice de correção incidia sobre uma parte insignificante de sua poupança real anterior. Pois foi de 84% a perda que está ligada ao nome da economista Zélia em seu primeiro dia de atuação no ministério.

Perdas significativas, porém de menor vulto, ocorreram durante a implantação dos Planos Funaro (17%), Bresser (26%) e Mailson (26%). Agora, é intenção do Governo praticar nova subtração sob a forma de "expurgo" dos índices. Não se trata de intenção oculta, pois o congelamento do índice de correção continua previsto na reeditada Medida Provisória 482.

Parece falha a promessa do presidente do Banco Central no sentido de que a caderneta de poupança "não será garfada". Faltou o esclarecimento de que, nos dois meses após a entrada em vigor da nova moeda, não se aplicará correção monetária aos títulos de crédito existentes no mercado. Os rendimentos sob a forma de correção chegam ao fim no dia 31 do corrente mês de maio. Uma aplicação feita no dia 15 deste mês só terá correção durante 15 dias. Como têm explicado os operadores do mercado financeiro, as Notas do Tesouro Nacional, convertidas à URV, darão segurança a apenas uma parte dos que têm dinheiro depositado sob as mais diferentes formas. Além disso, está embutindo no plano um engessamento econômico que tem origem na decisão oficial de congelar por 12 meses todos os contratos em URV, após a entrada do real.

O charme do plano, como dos anteriores, consiste numa violenta redu-

ção da dívida pública interna por meio do sequestro de dinheiro dos poupadores. Esse foi o indutor ou a motivação real dos planos dos ministros Funaro, Bresser e Mailson, exemplarmente seguidos pelo Plano Collor, que subtraiu aqueles 84% do bolso do taxista e de outros milhões de crentes. Não é pecado prevenir incautos contra assaltantes.

A intenção de reduzir a dívida pública mediante sequestro de ativos financeiros sempre foi impulsionada pelo desejo de criar disponibilidades para acelerar a retomada do desenvolvimento econômico. A queda dos investimentos e o aumento do desemprego, a partir do ministro Dilson Funaro, demonstraram a inutilidade do método. Não sobrou dinheiro

nacional acusava crescente capacidade ociosa.

As empresas do setor de elaboração de projetos, engenharia de montagem industrial e construção, formando um conjunto vital da economia, sofreram descapitalização contínua, a partir do Plano Cruzado, de 1986, quando empregavam 300 mil pessoas. Em 1991, depois de tantos planos de estabilização, esse contingente de empregados estava reduzido a menos da metade. Outro setor que também espelha a marcha dos investimentos de base, o dos fabricantes de bens de capital sob encomenda, sofreu azares idênticos, pois seu contingente de trabalhadores passou de 109 mil, em 86, para cerca de 60 mil, em 91.

Os vários planos econômicos do período foram verdadeiros desastres para os setores fundamentais. Poderiam ser caracterizados como planos contra a infra-estrutura da economia nacional. Todos tinham em mira a retomada do desenvolvimento. Restou a expectativa de outro engessamento econômico com o anunciado retorno ao Estado das empresas já privatizadas, como parte do programa de governo de Luís Inácio Lula da Silva, nesse ponto apoiado por Leonel Brizola. Em declaração pública, o ex-governador do Rio de Janeiro desconsidera a situação atual de Volta Redonda, cidade que estava para acabar com a ameaça de sepultamento da CSN, e desfalda o seu projeto de reestatizar a siderúrgica. Exatamente quando o operariado e a população da cidade vibram com a recuperação acelerada da grande empresa, que ressurgiu das cinzas com a privatização. O discurso, de teor pré-diluviano, revela o estado de demência, que explica a passividade com que o ex-governador assistiu ao crescimento do domínio do banditismo sobre a população das favelas, onde não se realiza campanha de vacinação de crianças sem a anuência dos chefes do tóxico. Nem os secretários de Finanças estadual e municipal ousariam mandar grupos de fiscais de renda para visitas às numerosas empresas que ali progridem e só pagam impostos aos bandidos. Brizolismo e lulismo se identificam como símbolos do retrocesso econômico e social, ante-sala do retrocesso político.

Brizolismo e lulismo se identificam como símbolos do retrocesso econômico

ro. Houve empobrecimento do setor público e da população em geral. Na vigência do Plano Funaro, as estatais perderam capacidade de investimento e enlearam seus fornecedores e contratantes com novas normas contratuais. Empenharam-se principalmente em depenar os saldos credores das empresas privadas, cujos problemas ficaram insolúveis e assim foram transferidos para o Plano Bresser. Prosseguiu a via-crúcis no Plano Mailson, em 1988 denominado Plano Verão, com as mesmas características dos anteriores: a subtração de recursos das pessoas físicas e jurídicas em posição credora, os atrasos de pagamento das estatais, a paralisação de obras públicas e a realização de importações desnecessárias de equipamentos, quando a indústria